



## USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Rondônia Ao Vivo

Data: 18/06/2015

Caderno/Link: <http://www.rondoniaovivo.com.br/noticias/usp-abre-sindicancia-contramural-com-ofensas-sexuais-a-alunas/132045>

Assunto: USP abre sindicância contra mural com ofensas sexuais a alunas

## USP abre sindicância contra mural com ofensas sexuais a alunas

Um cartaz que ligava o nome de alunas a "críticas" sexuais foi exposto em um espaço de estudantes na **Esalq** (Escola Superior de Agricultura Luiz de

Queiroz) da USP (Universidade de São Paulo), em Piracicaba, interior de São Paulo, e causou revolta de estudantes e professores. O conteúdo da "brincadeira", considerada racista e machista, já motivou a diretoria da unidade a abrir uma sindicância interna para apurar os autores das ofensas.

O item estava exposto no Centro de Vivência, um pátio de reunião entre os alunos, e foi retirado pelos próprios estudantes. O cartaz dividia as alunas, pelos seus codinomes, em tópicos vexatórios. Quando um aluno ingressa na USP, assim como em outras instituições, ele é apelidado pelos veteranos e acaba tendo de usar o nome em festas e outros eventos sociais.

A aluna da **Esalq** Élice Botelho, de 22 anos, usou o Facebook para criticar o painel. Até às 11h desta quinta-feira (18), a postagem já contava com 711 curtidas e mais de cem compartilhamentos. "Quando vi [o cartaz], percebi que o nível de machismo, lgbtfobia e racismo da **Esalq** não param de piorar", escreveu a estudante.

Ela ainda questiona o racismo do termo "teta preta". "De novo vejo alguma característica da mulher negra sendo utilizado como ofensa, por que o corpo da mulher negra é extremamente objetificado. Porque o bonito continua sendo a pele branca e macia, os mamilos rosados e o cabelo liso. E eu lhes digo que BASTA! (sic)".

A **Esalq** foi uma das unidades da USP que mais receberam críticas e denúncias durante a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investigou casos de violação aos direitos humanos em universidades paulistas, no início deste ano. Em fevereiro, a instituição chegou a assinar um acordo com o Ministério Público contra trotes na unidade.

Dentre os episódios relatados, está o de um aluno que disse ter sido envenenado por um produto agrícola e o de uma estudante que contou ter sido estuprada em uma república.